



Companhia das Lezírias, S.A.

**Relatório
de
Governo
Societário**

2013

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adoptadas em 2013



Índice

| | |
|---|-----------|
| I. Missão, Objectivos e Políticas | 3 |
| II. Estrutura de capital | 3 |
| III. Participações Sociais e Obrigações detidas | 4 |
| IV. Órgãos Sociais e Comissões..... | 4 |
| A. Mesa da Assembleia Geral | 4 |
| B. Administração e Supervisão | 5 |
| C. Fiscalização..... | 9 |
| D. Revisor Oficial de Contas (ROC) | 9 |
| E. Auditor Externo | 9 |
| V. Organização Interna | 10 |
| A. Estatutos e Comunicações | 10 |
| B. Controlo interno e gestão de riscos | 10 |
| C. Regulamentos e Códigos | 11 |
| D. Sítio de Internet..... | 11 |
| VI. Remunerações..... | 12 |
| A. Competência para a determinação | 12 |
| B. Comissão de Fixação de Remunerações | 12 |
| C. Estrutura das Remunerações | 12 |
| D. Divulgação das Remunerações..... | 13 |
| VII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras | 14 |
| VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental | 16 |
| IX. Avaliação do Governo Societário..... | 16 |



Relatório de Governo Societário

I. Missão, Objectivos e Políticas

1. A Companhia das Lezírias (CL) na sua qualidade de maior empresa agrícola portuguesa tem como missão fundamental a gestão rentável e eficiente do seu património agrícola e ambiental, no respeito pela biodiversidade e pelos valores do ambiente;
2. Temos, portanto, como objectivos principais, a criação sustentada de valor para todos os *stakeholders* envolvidos, bem como a manutenção e desenvolvimento de uma área de preservação ambiental de grande relevância no contexto nacional;
3. Foi estabelecido pelo actual Conselho de Administração como objectivo para o triénio 2012/2014 uma subida sustentada do resultado líquido sempre tendo em atenção a valorização e preservação do meio ambiente. Conforme se poderá constatar pela leitura do relatório do Conselho de Administração, tal desiderato está a ser atingido;
4. Definição clara dos objectivos estratégicos a atingir, designadamente nas áreas de negócio já em curso, bem como em novas áreas a desenvolver.
Correcta adequação dos recursos humanos em qualidade e quantidade ao desenvolvimento da actividade da empresa. Gestão financeira adequada para o suporte harmonioso das diversas actividades operacionais.
Equilibrada interacção com fornecedores, clientes, prestadores de serviços, bancos, rendeiros, Autoridades Políticas Nacionais e Locais e forças vivas da região.

II. Estrutura de capital

1. O capital social da Companhia das Lezírias é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.
É detido na sua totalidade (100%) pela **Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.**
2. Não aplicável;
3. Não aplicável.



III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Ver ponto II;
2. Não aplicável;
3. Não aplicável;
4. Não aplicável;
5. Não aplicável;
6. Não existem quaisquer conflitos de interesses que envolvam os órgãos sociais da CL.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral ao longo do ano.

O presidente da mesa eleito para o mandato 2012 a 2014, Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito, apresentou o pedido de renúncia ao cargo por incompatibilidade de acumulação de funções, sendo substituído na assembleia realizada no dia 12/04/2013 por Armando José Cordeiro Sevinate Pinto para terminar o mandato em curso.

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Remuneração Anual | |
|---------------------------|------------|-----------------|--------------------------|---------------|
| | | | Senha de presença Fixada | Bruto pago |
| 2012 - 2014 | Presidente | Alexandre Brito | 620,00 | 0,00 |
| 2012 - 2014 | Presidente | Armando Pinto | 620,00 | 0,00 |
| 2012 - 2014 | Secretário | Sara Pereira | 330,00 | 286,51 |

2. Não aplicável.



B. Administração e Supervisão

1. A Companhia das Lezírias tem como modelo de governo societário um Conselho de Administração;
2. Os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.
Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los;
3. O Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais.

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação Legal da actual Nomeação | Nº de Mandatos exercidos na sociedade | Observações |
|---------------------------|------------|-----------------|--|---|-------------|
| 2012 - 2014 | Presidente | António Saraiva | Administrador | 1 | |
| 2012 - 2014 | Vogal | Diogo Faria | Administrador | 1 | |
| 2012 - 2014 | Vogal | João Caldeira | Administrador | 1 | |

4. Todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas, a tempo integral;
5. Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Presidente: Eng. António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Licenciado em Agronomia, na especialidade de agropecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, UTL – Lisboa; Graduou-se em Excelência da Marketing e Vendas pelo INSEAD (Fontainebleu), em França; completou o Agribusiness Seminar pela Harvard Business School (Boston), nos EUA; fez diversas formações em liderança das quais se destaca a conclusão do Leadership Development Program pelo Centre for Creative Leadership (Greensboro), dos EUA; formou-se em Product Management pela Bradford University (Bradford), no Reino Unido.

Foi responsável de Supply Chain na Syngenta Iberia em Madrid (desde 2008). Foi Director Geral da Syngenta C.P., Lda. em Portugal entre 2000 e 2008. Teve uma carreira de Marketing e Vendas na Zeneca Agro em Portugal e Espanha nas áreas da Gestão de Produto, Direção de Vendas, Direção de Marketing (Madrid) e Direção Comercial.

Foi Presidente da Direção da Associação Nacional da Indústria para a Proteção das Plantas (ANIPLA) entre 2001 e 2009. Foi Presidente da Direção e fundador do Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos em Agricultura (SIGERU) de 2004 a 2009, que gere os resíduos de embalagens vazias de fitofármacos (VALORFITO). Foi membro da Direção do Centro de Informação de Biotecnologia (CiB).



Companhia das Lezírias, S.A.

Vogal: Dr. Diogo Supico de Faria e Silva

Licenciado em Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa – 1970/1975

Fez diversas formações complementares em direcção geral, marketing, direcção financeira, fiscalidade, análise de projectos de investimento e análise de mercados financeiros.

Carreira Profissional:

1976/1984 – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), Técnico da Direcção de Acções Colectivas

1984/1985 – Crédit Lyonnais Portugal, Adjunto da Direcção Comercial

1985/1986 – Engil Imobiliária, Lda., Director Financeiro e Administrativo

1986 – Grupo IPE-Investimentos e Participações Empresariais, SA, Responsável pelo acompanhamento e controle de várias empresas do Grupo.

1989/1990 – Soginpar – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA., Director Geral

1990/1995 – Sulpedip, SA, actual PME Investimentos, Administrador

1995/1998 – Soset, SA, Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal, Administrador

1995/1996 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

1996/2000 – IPE Holding, Lançamento da área internacional do Grupo, designadamente nos PALOP, tendo sido Administrador de várias empresas participadas

2000/2002 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

2002/2010 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Presidente do Conselho de Administração

Nov 2002/Janeiro 2003 – EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., Administrador

2000/2010 – Câmara de Comércio e Indústria Portugal/Angola, Membro da Direcção Executiva

Nov 2010/Out 2011 – Guedol, Engenharia, SA, Administrador

Fev 2012 – Companhia das Lezírias, SA, Administrador

Vogal: Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e com Pós-Graduação em Gestão pela mesma Universidade.

Exerceu funções de Direcção Financeira e de Administração em empresas internacionais nas indústrias dos sistemas de informação, produtos de grande consumo e telecomunicações.

Exerceu funções nas áreas de Controlo de Gestão e Direcção Financeira no grupo Olivetti, em Portugal e em Espanha.

Teve responsabilidades regionais (Ibérica e posteriormente França e Benelux) enquanto quadro financeiro de topo na estrutura europeia da Reckitt Benckiser.

Foi Director Financeiro na Vodafone Portugal e mais tarde Director de Gestão de Risco com responsabilidade sobre as áreas de Segurança da Informação, Gestão de Crédito e Fraude.

Nos últimos dois anos exerceu funções como consultor de empresas na esfera da optimização de custos e melhoria da eficiência operacional.



6. Não aplicável;

7. Pelouros atribuídos:

Presidente: Eng. António Saraiva

- Representação externa da CL, junto de instituições e organismos públicos;
- Acompanhamento da Coordenação da Produção Florestal e Recursos Silvestres;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Produção Equina (Companhia das Lezírias e Coudelaria de Alter) e Actividades Equestres;
- Acompanhamento da Área de Comunicação e Imagem.

Vogal: Dr. Diogo Faria

- Relacionamento com o acionista Parpública, SGPS;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento Administrativo e Financeiro;
- Coordenação e acompanhamento da Coordenação do Património, Investimentos e Boas condições Agrícolas e Ambientais;
- Coordenação e Acompanhamento da Coordenação da Produção Agrícola e Animal.

Vogal: Dr. João Caldeira

- Coordenação e acompanhamento do Departamento Vitivinícola e Oleícola;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Serviços Técnicos.

8. Funcionamento do Conselho de Administração Executivo:

- a) O conselho durante o ano de 2013 reuniu 14 vezes, estando presentes todos os membros em todas as reuniões;
- b) Outros cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho de Administração (em nenhum destes cargos há lugar ao recebimento de qualquer tipo de retribuição, seja a que título for):
 - i. O Presidente do Conselho de Administração cumpre ainda, por inerência de funções e de acordo com os estatutos das entidades participadas, a presidência da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA LEZÍRIA GRANDE DE VILA FRANCA DE XIRA;
 - ii. O Presidente do Conselho de Administração acumula funções de Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração da ORIVÁRZEA - ORIZICULTORES DO RIBATEJO, S.A.



Companhia das Lezírias, S.A.

- iii. Presidente do Conselho de Administração acumulou funções com as de Presidente da FUNDAÇÃO ALTER REAL até à data da sua extinção.
 - iv. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumulou funções com as de administrador da FUNDAÇÃO ALTER REAL até à data da sua extinção.
 - v. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA PRETA.
 - vi. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente do Conselho Fiscal da TAPADA NACIONAL DE MAFRA.
- c) Não aplicável;
- d) A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.
- 9.** A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.



C. Fiscalização

1. O órgão de fiscalização da Companhia das Lezírias é composto por um Fiscal Único. É ainda nomeado um Fiscal Único Suplente. Ambos devem ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O Fiscal Único exerce as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.

Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. O cargo de revisor oficial de contas da Companhia das Lezírias é desempenhado pela sociedade de revisores oficiais de contas Patrício, Moreira, Valente & Associados – SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 e registada na CMVM sob o n.º 196, representada por José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC n.º 1034).

O revisor oficial de contas suplente da sociedade é Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320);

2. Não aplicável;
3. O revisor oficial de contas exerce funções na Companhia das Lezírias desde o ano 2012;
4. O ROC e a SROC não prestam quaisquer outros serviços à Companhia das Lezírias.

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação Legal da actual Nomeação | Nº de Mandatos exercidos na sociedade | Observações |
|---------------------------|------------------------------|---|--|---|-------------|
| 2012 - 2014 | Revisor Oficial de Contas | Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos | Fiscal Único | 1 | |
| 2012 - 2014 | ROC Suplente | Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva | Fiscal Único Suplente | -- | |

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Remuneração Anual | |
|---------------------------|--------------|------------------|-------------------|---------------|
| | | | Fixada | Bruto pago |
| 2012 - 2014 | Fiscal Único | Patrício Moreira | 15.360,00 | 13.800,00 |

Nota: Pago através de factura da SROC.

E. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, auditor externo.



V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos está sujeita às regras relevantes nesta matéria constantes da lei, designadamente no artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais e do previsto no artigo 10.º dos Estatutos;
2. Os acionistas, membros dos órgãos sociais, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e outros *stakeholders* da Companhia das Lezírias podem comunicar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento ou fundadas dúvidas, de forma a prevenir, impedir ou permitir a sanção de irregularidades potencialmente causadoras de efeitos adversos à Companhia das Lezírias. As comunicações terão um tratamento confidencial.
3. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional são os adequados a este objectivo.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa são os adequados a este objectivo;
2. Não aplicável;
3. Não aplicável;
4. Não aplicável;
5. Não aplicável;
6. Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:
 - a) Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
 - i. Risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;



- ii. Risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
- iii. Risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

- b) Risco de crédito - é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
- c) Risco de financiamento - é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor
O risco de liquidez não é significativo para a Empresa;

7. Não aplicável;

8. Não aplicável;

C. Regulamentos e Códigos

1. Não aplicável;

- 2. A Companhia das Lezírias adoptou um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas.

D. Sítio de Internet

O *website* da Companhia das Lezírias está disponível em português e inglês e pode ser acedido em www.cl.pt. No separador identificado como “Empresa”, pode ser encontrada toda a informação relevante e sobre a Companhia das Lezírias;



VI. Remunerações

A. Competência para a determinação

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não se encontra designada qualquer comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. A política de remunerações adoptada segue as orientações nesta matéria definidas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26 de Março.
As remunerações são sujeitas à aplicação das reduções previstas na Lei n.º 12-A/2010 e Lei n.º 66-B/2012;
2. Não aplicável;
3. Não estão definidas quaisquer remunerações de natureza variável;
4. Não aplicável;
5. Não está definido qualquer tipo de prémios a atribuir;
6. Os administradores da Companhia das Lezírias não estão abrangidos por qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.



D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da sociedade:

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Remuneração Anual | | |
|---------------------------|------------|-----------------|-------------------|----------|------------------|
| | | | Remuneração | | Bruto Pago |
| | | | Fixa | Variável | |
| 2012 - 2014 | Presidente | António Saraiva | 73.589,92 | -- | 73.589,92 |
| 2012 - 2014 | Vogal | Diogo Faria | 58.872,06 | -- | 58.872,06 |
| 2012 - 2014 | Vogal | João Caldeira | 58.872,06 | -- | 58.872,06 |

2. Não foram auferidas quaisquer quantias pelos membros dos órgãos sociais da Companhia das Lezírias, pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;
3. Não foram pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros da empresa ou sob a forma de prémios;
4. Não são devidas nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos;
5. Quanto aos valores atribuídos aos membros do órgão de fiscalização da sociedade, ver o ponto IV.D.4.;
6. Quanto aos valores atribuídos aos membros da mesa da assembleia geral da sociedade, ver o ponto IV.A.1.



VII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras

1. As transacções efectuadas com partes relacionadas decorrem da actividade normal da sociedade, não gerando conflitos de interesses de qualquer natureza.

Transacções com a empresa-mãe: Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo acionista, que no exercício objecto deste relato ascenderam a € 200.000,00.

Não se efectuaram quaisquer transacções com a Parpública durante o presente exercício. Apenas foi realizado o pagamento de dívida relativa a prestação de serviços de administração, ocorridos em exercícios anteriores, conforme acordo de pagamento. O valor total pago durante o exercício foi de € 182.791,20. Na data deste relatório encontra-se por liquidar € 177.441,37.

Transacções com a empresa associada: Orivárzea - Orizcultores do Ribatejo, S.A.

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, adquirimos através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura – sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que efetuamos a venda da totalidade da nossa produção de arroz.

| Descrição | Períodos | |
|---|-----------|-----------|
| | 2013 | 2012 |
| Transacções | | |
| Clientes e outros devedores | 1.845.793 | 2.051.182 |
| Fornecedores e outros credores | 545.211 | 541.601 |
| Saldos pendentes | | |
| Clientes e outros devedores | 1.225.532 | 1.160.786 |
| Fornecedores e outros credores | 83 | 5.244 |
| Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados | | |



Companhia das Lezírias, S.A.

2. Informação sobre outras transacções:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços:

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

b) Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado:

Todas as transacções efectuadas pela CL estão de acordo com as normais regras de funcionamento do mercado de concorrência.

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos:

| Entidade | Valor | Tipo de Serviço |
|---|---------|-----------------|
| Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira | 595.793 | Agrícolas |
| Iberdrola Generación, SAU | 234.546 | Electricidade |
| Orivárzea - Orizcultores do Ribatejo, S.A. | 172.906 | Agrícolas |
| António B. Simões & Filhos, Lda. | 157.542 | Agrícolas |
| Leandro Pereira, Lda. | 139.257 | Florestais |



VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

A sustentabilidade futura da CL tem estado sempre subjacente à actividade da CL desenvolvida pelo Conselho de Administração e trabalhadores da empresa.

Como empresa agrícola que é, enfrenta as ameaças e oportunidades inerentes ao sector de actividade em que opera, de que haverá que realçar as dúvidas existentes no que respeita à futura Política Agrícola Comum.

Compete ao Conselho de Administração e empregados da CL, melhorar continuamente os seus níveis de eficiência e desenvolvimento, de modo a permitir a ultrapassagem de situações mais adversas, e a melhorar continuamente os resultados da empresa, numa óptica de médio e longo prazo.

Desde sempre, tem a CL pautado a sua actuação por uma grande atenção em relação aos recursos humanos, procurando estimular o mérito e o bem-estar dos colaboradores.

A criação de valor para o accionista, valorizando os activos da CL e procurando melhorias de eficiência nas várias actividades e vertentes está naturalmente subjacente à actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração e os colaboradores da empresa.

IX. Avaliação do Governo Societário

A CL cumpre com todos os Princípios de Bom Governo.